



**Alda de Almeida e Silva**

**Princípio da Dignidade da Pessoa Humana  
O Tratamento Estatal ao Mínimo Existencial**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Direito da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Direito Constitucional e Teoria Geral do Estado.

Orientador: Prof. Florian Fabian Hoffmann

Rio de Janeiro  
Março de 2008



## **Alda de Almeida e Silva**

### **Princípio da dignidade da pessoa humana: o tratamento estatal ao mínimo existencial.**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Direito do Departamento de Direito da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

**Prof. Florian Fabian Hoffmann**

Orientador  
Departamento de Direito – PUC-Rio

**Prof. Francisco de Guimaraens**

Departamento de Direito – PUC-Rio

**Prof. João Ricardo W. Dornelles**

Departamento de Direito – PUC-Rio

**Prof. Nizar Messari**

Vice-Decano de Pós-Graduação do Centro de  
Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 07 de maio de 2008.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

### **Alda de Almeida e Silva**

Graduou-se em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, em 1988. Cursou Pós-graduação *Latu Sensu* em Direito Público pelo Centro Universitário Newton Paiva em Belo Horizonte/MG, em 2004. Participou de diversos congressos e seminários na área de Direito Tributário. Atua como Procuradora do Estado de Minas Gerais na área de Direito Tributário e presta consultoria jurídica nessa área.

#### Ficha Catalográfica

Silva, Alda de Almeida e

Princípio da dignidade da pessoa humana: o tratamento estatal ao mínimo existencial / Alda de Almeida e Silva ; orientador: Florian Fabian Hoffmann. – 2008.

150 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Direito)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

Inclui bibliografia

1. Direito – Teses. 2. Direitos humanos. 3. Dignidade. 4. Mínimo existencial. 5. Tratamento estatal. I. Hoffmann, Florian Fabian. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Direito. III. Título.

CDD: 340

À minha mãe e meus filhos,  
desnecessário dizer por que.  
Ao meu marido, pelo amor de anos.  
A Carla, cunhada, amiga, colega de mestrado  
e mãe de Bárbara.

## Agradecimentos

Primeiramente, a Jesus Cristo, Quem sempre me socorre nas duras horas.

Ao meu amado marido, pelo apoio, companheirismo e por compreender os momentos não convvidos.

Aos meus filhos, Luciano e Jessica, razão do meu existir, para quem dedico toda a minha vida.

À minha querida mãe, pessoa por quem tenho profunda gratidão, não somente pelo dom da vida, mas pela inigualável ajuda em toda a minha caminhada e pelo incentivo a cada projeto por mim ambicionado.

Aos meus queridíssimos irmãos, Reinaldo e Jota, pela ajuda de sempre: obrigada por existirem em minha vida. A minha irmã Amanda, pela ajuda nos momentos finais do trabalho.

Ao meu dileto pai, meus mais sinceros agradecimentos por sua cooperação inimaginável: você tornou mais fácil o meu compromisso.

À prima Mara, quem lançou em mim a vontade de cursar o mestrado.

Ao cunhado Fabrício, pelos conselhos.

Aos meus familiares e amigos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste estudo.

Ao meu orientador, Prof. Florian Fabian Hoffmann, para quem a distância não foi capaz de impedir as prestimosas lições.

A Kévia, pela sensibilidade, competência e disponibilidade em ajudar, ao Anderson, à Carmen e todos os meus Professores da Puc/Rio.

À Escola Superior Dom Helder Câmara de Belo Horizonte e à Puc-Rio, por proporcionarem esse meu projeto de vida.

Aos meus colegas de mestrado, com quem muito aprendi.

E, especialmente, agradeço: a Carla, minha querida cunhada e amiga para sempre; e à companheira de trabalho e sempre presente amiga Dirce.

## RESUMO

SILVA, Alda de Almeida e. **Princípio da Dignidade da Pessoa Humana:** o tratamento do estado ao mínimo existencial. Rio de Janeiro, 2008. 150 p. Dissertação Mestrado – Departamento. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O estudo sobre o tratamento do Estado ao mínimo existencial visa ao entendimento da forma como se efetiva o princípio da dignidade humana, em face dos valores axiológicos informados pela ordem constitucional brasileira. O ponto central da presente dissertação reside na análise do *status negativus*, sem descurar das questões correlativas ao *status positivus libertatis*, característicos do mínimo existencial, levando-se em consideração os pressupostos teóricos, os textos legais e a coleta de dados estatísticos pertinentes ao tema. Diante dos objetivos fundamentais da República Brasileira, cabe ao Estado proporcionar ao indivíduo as condições mínimas necessárias a uma vida digna, através de ações positivas, estas entendidas como prestações públicas que possam garantir o exercício da liberdade, cidadania e desenvolvimento humano, e prestações negativas, que importam no respeito à incapacidade contributiva do cidadão. Os direitos fundamentais representam a salvaguarda do princípio da dignidade da pessoa, pois, ao mesmo tempo em que norteiam a ação estatal, traçam-lhe os limites de atuação sobre as liberdades do indivíduo. Os dados pesquisados demonstram que nas últimas décadas houve um aumento considerável da carga tributária, enquanto as prestações públicas estão aquém do que se espera para o atendimento ao mínimo existencial, embora se constate alguns avanços na efetivação de direitos. A análise desse paradoxo, sob a ótica do direito tributário, com auxílio do financeiro, permite a proposição de algumas medidas que visam a minorar a situação de desrespeito aos direitos humanos, ainda compreendida dentro do território brasileiro.

### Palavras-chave

Direitos humanos, dignidade, mínimo existencial, tratamento estatal.

## RESUMEN

SILVA, Alda de Almeida e. **Principio de la dignidad del a persona humana: el tratamiento del Estado al mínimo existencial.** Rio de Janeiro, 2008. 150 p. Disertación Maestrazgo – Departamento. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

El estudio sobre el tratamiento del Estado al mínimo existencial se enfoca al entendimiento de la forma como se efectiva el principio de la dignidad humana, en lo que se refiere a los valores axiológicos informados por el orden constitucional brasileño. El punto central de la presente disertación reside en el análisis del *status negativus*, sin descuidar de las cuestiones correlativas al *status positivus libertatis*, características del mínimo existencial, considerando los presupuestos teóricos, los textos legales y la recogida de datos estadísticos pertinentes al tema. Delante de los objetivos fundamentales de la República Brasileña, cabe al Estado proporcionar al individuo las condiciones mínimas necesarias a una vida digna, a través de acciones positivas, éstas entendidas como servicios públicos que puedan garantizar el ejercicio de la libertad, ciudadanía y desarrollo humano, y servicios negativos, que dicen respecto a la incapacidad contributiva del ciudadano. Los derechos fundamentales representan la salvaguardia del principio de la dignidad de la persona, pues, al mismo tiempo que dan una dirección a la acción estatal, marcan los límites de la actuación sobre las libertades del individuo. Los datos pesquisados demuestran que en las últimas décadas hubo un aumento considerable de la carga tributaria en los servicios públicos que están muy lejos de lo que se espera de un servicio al mínimo existencial. Se constataron algunos avances en el efectivo de los derechos. El análisis de esa paradoja, bajo la óptica del derecho tributario, con auxilio del financiero, permite la proposición de algunas medidas que buscan minimizar la situación de falta de respeto a los derechos humanos, cosa que aún ocurre dentro del territorio brasileño.

### Palabras clave

Derechos humanos, dignidad, mínimo existencial, tratamiento estatal.

## Sumário

1. Introdução	12
2. A pessoa e os direitos humanos	16
2.1. A Construção jurídica dos direitos humanos	18
2.2. Fundamentação dos direitos humanos	23
2.3. A Constitucionalização Pós-Positivista dos Direitos Humanos No Brasil: Caracterização	25
2.4. O Problema da efetivação dos direitos humanos	27
3. A feição principiológica da Constituição Brasileira .	30
3.1. Princípio como norma	31
3.2. Algumas diferenças entre princípios e regras	34
3.3. As multifunções dos princípios constitucionais	36
4. O princípio da dignidade humana	38
4.1. Princípio da dignidade e cidadania no Estado Democrático de Direito	40
4.2. Os efeitos irradiadores do princípio da dignidade humana	44
4.3. O princípio da dignidade como suporte do direito subjetivo nas relações com o Estado e entre particulares	47
4.4. Conteúdo do princípio da dignidade	50
4.4.1. Liberdade, igualdade e mínimo existencial .	51
5. Mínimo existencial	54
5.1. Contornos teóricos	54
5.1.1. Uma Teoria da Justiça	57
5.1.2. Mínimo Existencial visto pela ótica financeira-tributária	66
5.2. Elementos conceituais	68
5.3. O mínimo existencial no ordenamento jurídico brasileiro	72



6. O sistema tributário constitucional	76
6.1. Tributo e liberdade	76
6.2. A tributação e os direitos humanos	78
6.3. Princípios gerais tributários	80
6.3.1. Princípio da capacidade contributiva e o mínimo existencial	83
6.4. A evolução da carga tributária brasileira	89
6.4.1. Sobre o consumo	93
6.4.2. Sobre a renda	97
6.4.3. Carga tributária de outros países: análise comparativa inviável	99
6.5. Uma fotografia da realidade social brasileira	100
6.5.1. Trabalho	101
6.5.2. Renda	102
6.5.3. Educação	103
6.5.4. Saúde	104
6.5.5. Moradia	106
6.5.6. Segurança	107
6.6. Mínimo existencial e reserva do possível	109
7. Respeito ao mínimo existencial	113
7.1. Respeito ao <i>status negativus</i> do mínimo existencial	114
7.2. Respeito ao <i>status positivus</i> do mínimo existencial	122
8. Conclusão	130
9. Referências	133
Anexos	142

## Lista de gráficos

Gráfico 1: Carga tributária por bases de incidência	95
Gráfico 2: Brasil – distribuição da renda por faixas – 1977-1999	96
Gráfico 3: Carga de ICMS e PIS/COFINS sobre o custo da Cesta de Produtos Alimentares nas Áreas Urbanas	143
Gráfico 4: Peso da carga tributária de ICMS e PIS/Cofins da cesta de alimentos sobre a renda nos grandes centros urbanos por faixas de renda expressa em salários mínimos	145
Gráfico 5: Arrecadação tributária por tipo de tributo – países selecionados	145

## Lista de tabelas

Tabela 1: Evolução da carga tributária global – 1947/2001	92
Tabela 2: Carga tributária direta e indireta sobre a renda total das famílias em 1996 e em 2004	94
Tabela 3: Limite de isenção do imposto de renda em salários mínimos	146
Tabela 4: Taxa de desemprego por Unidade da Federação – 2001 a 2004	147
Tabela 5: Número de pobres – Brasil e estados – 2001 a 2004	148
Tabela 6: Coeficiente de mortalidade infantil, por região e Unidade da Federação (UF) – 2001 a 2004	149
Tabela 7: Proporção de pessoas residentes em domicílios urbanos sem saneamento básico adequado por unidade de federação – 2001 a 2004	150

“Embora ninguém possa voltar atrás e fazer um novo começo, qualquer um pode começar a fazer um novo fim”.

Chico Xavier